



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E IDENTITÁRIAS FAMILIARES EM CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO: APRESENTAÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA**

Samira Abdel Jalil

Doutoranda em Linguística Aplicada – Univ. Est. de Campinas (Unicamp/CAPES)

Professora – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

samirajalil@hotmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Ao se analisar o contexto sociolinguístico brasileiro, nota-se que este não difere da grande maioria dos países do mundo: o Brasil é e sempre foi um país multilíngue e multicultural. Na ocasião do “descobrimento”, em 1500, mais de 1300 línguas indígenas eram faladas em território nacional. Atualmente, são faladas mais de 200 línguas no país além do Português, a língua oficial de comunicação. Dessas línguas, aproximadamente 180 são línguas indígenas ou línguas autóctones, e as outras 30 são línguas de imigração, também chamadas de línguas alóctones (OLIVEIRA, 2003, p. 7).

A percepção geral é a de que se vive em um contexto em que o Português é a única língua legítima de comunicação, visão endossada pelas políticas linguísticas, veladas ou não, adotadas no país. Esse movimento acaba sendo “eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades de imigrantes e, por extensão, as maiorias tratadas com minorias, ou seja, as comunidades falantes de variedades desprestigiadas do Português” no Brasil (CAVALCANTI, 1999, p. 387).

Tomando como base uma postura repressora de apagamento de minorias, as iniciativas em políticas linguísticas têm contribuído para o fortalecimento do mito da unidade linguística no Brasil, principalmente a partir de 1757, ano em que o Marques de Pombal estabeleceu o Diretório dos Índios, instituindo a língua portuguesa como única língua oficial do país. Como consequência dessa política, o Português passou a ser mais falado na maioria das cidades desenvolvidas. Pode-se dizer, ainda, que a proibição do uso das outras línguas aqui faladas abriu espaço para uma política opressora dos direitos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

linguísticos da maioria da população e deu margem à exclusão social pautada no preconceito linguístico, ainda tão presente nos dias atuais.

A partir de 1888, com a Abolição da Escravatura, o país passou a receber um grande contingente de imigrantes praticamente de todo o mundo, que nessas terras se estabeleceram e contribuíram tanto com o desenvolvimento político e econômico do país, quanto com o aumento do leque de línguas aqui faladas. Algumas dessas comunidades de imigrantes atingiram certo grau de sucesso na manutenção das suas línguas de origem por um tempo, como os italianos e alemães do Sul do país, mas sofreram muito com a Política de Vargas (1937-1945), a partir do estabelecimento do conceito jurídico de crime idiomático em prol de uma campanha de nacionalização do ensino. A implementação de tal política linguística repressora de imposição do Português ocorreu de forma violenta, com o fechamento de todo tipo de instituição que poderia alimentar a transmissão e a manutenção das línguas dos imigrantes e a perseguição e a tortura dos falantes das línguas dos países constituintes do Eixo, isto é Alemanha, Itália e Japão. (MASSINI-CAGLIARI, 2004, p. 13; OLIVEIRA, 2003, p. 87-88).

Mais recentemente, tem-se percebido algumas tentativas de acomodação das línguas de imigração por meio da instituição de educação bilíngue em algumas escolas em contexto de imigração. Entretanto, segundo Oliveira (2003, p. 10):

Essas línguas são ensinadas hoje, tanto ideológica quanto metodologicamente, como línguas estrangeiras, e não como línguas comunitárias e maternas que efetivamente são, o que tem conduzido ao pouco sucesso do seu ensino, desvinculado que ele é das *práticas linguísticas* das comunidades em questão.

Além das iniciativas de ensino bilíngue em contextos de imigração, nota-se uma tentativa de manutenção e revitalização das línguas indígenas no país. Em 1991, o governo assumiu para si a responsabilidade de planificar e implementar a educação indígena bilíngue no Brasil, o que foi o primeiro passo no estabelecimento de ações condizentes com o respeito devido às nossas minorias.



O desconhecimento da população em geral aliado à visão homogeneizante de língua tem servido como pano de fundo para a perpetuação de políticas linguísticas que depõe contra o caráter dinâmico e plural da interação no mundo pós-moderno, um mundo em que se percebe, visivelmente, o livre trânsito entre línguas e variedades linguísticas. (Cavalcanti 1999, p. 397)

## **2. CONTEXTO DE PESQUISA**

### **2.1. A imigração árabe para o Brasil**

É sabido que a constituição da sociedade brasileira, assim como de diversas sociedades em todo o mundo, se deu por meio das correntes de migração. Essas correntes são caracterizadas, muitas vezes, por indivíduos em busca de melhores condições de vida do que aquelas encontradas em seus países de origem. E é exatamente nesse contexto que os árabes que migraram para o Brasil se encontram.

Ao analisar a entrada de migrantes árabes no Brasil, Jardim (2003) afirma que esta “foi, em termos estatísticos, bastante pequena se comparada ao universo de migrantes e a outras minorias nacionais que ingressaram na mesma época. Os ‘turcos-árabes’ constam como 2,5% do total de migrantes – dados de 1884 até junho de 1943[...]”. Vale notar que os dados sobre a imigração árabe para nosso país são incompletos e podem indicar incorreções, pois em dado momento, nos registros imigratórios brasileiros, os árabes fizeram parte do grupo “outras nacionalidades”, assim como foram categorizados ora como turcos, ora como sírios, ora como libaneses (TRUZZI, 1993, p. 22).

A primeira leva de imigrantes árabes para o Brasil foi registrada em 1870, com a chegada, ao Porto de Santos, de imigrantes sírios e libaneses cristãos, em sua grande maioria, que fugiam da ocupação de seus países pelo Império Turco-Otomano (CABREIRA, 2001, p. 94-95). Esse primeiro movimento migratório de diversos grupos étnicos que aqui entravam estava respaldado na necessidade de substituição do trabalho escravo em nosso país. Muitos vieram atraídos pela riqueza das lavouras de café, que estavam em ascensão, acreditando que aqui encontrariam uma estrutura de desenvolvimento da agricultura semelhante àquela que viviam em suas terras de origem.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Porém, se enganaram. Nos países árabes, a agricultura tinha caráter familiar e os agricultores eram proprietários das terras. Ao se depararem com o contexto de grandes lavouras e sem recursos para se tornarem proprietários rurais, a grande maioria desistiu de ser colono e passou a investir na mascateação como fonte de renda, conforme afirma Truzzi (1993, p. 30). Vale ressaltar que os migrantes, nesse período inicial, geralmente eram homens solteiros ou avulsos (que deixaram a família no local de origem) e pretendiam retornar aos seus países.

A figura do mascate reafirma as aspirações desse grupo étnico em ter seu próprio negócio após uma dedicação inicial ao comércio ambulante, o que abriu espaço para um retorno financeiro imediato. A vocação comercial impulsionou o desbravamento de áreas pouco povoadas no Brasil, ao mesmo tempo em que proporcionou uma experiência difícil, mas posteriormente recompensadora para aqueles que se aventuraram em busca de melhores condições para si mesmos e para suas famílias, sendo que muitas delas ficaram no Oriente Médio e somente foram trazidas, se foram, quando o mascate estava melhor estabelecido ou tinha seu próprio negócio.

Truzzi (1993, p. 13) ressalta que os ganhos obtidos com a mascateação eram utilizados não somente para o sustento do imigrante, mas também de sua parentela. Tal envio de dinheiro possuía um duplo sentido para esse grupo de imigrantes. Ao mesmo tempo em que se sentiam satisfeitos por conseguirem cumprir com as obrigações familiares, ganhando assim prestígio em suas aldeias de origem, também podiam preencher suas necessidades materiais no novo contexto. “A figura do mascate tratou, portanto, de galvanizar esse conjunto de elementos apreciados, positivamente valorizados pela sociedade receptora, reunidos especialmente ao redor da ética do trabalho”. (TRUZZI, 1997, p. 77)

A partir dos dados acima apresentados, pode-se concluir que o comércio é o elemento que contribui para a formação do perfil do grupo, assumindo essa imagem como uma representação coletiva. É importante ressaltar que a expansão da migração árabe sempre esteve atrelada aos grandes ciclos econômicos no Brasil como oportunidades para se estabelecer comércio. Inclusive, “o trabalho e a ampliação das



oportunidades para satisfazer as necessidades de sobrevivência têm sido um dos importantes impulsos para a imigração atual” (MACHADO E SILVA, 2008, p. 360).

## **2.2. Panorama histórico da formação de Foz do Iguaçu**

A região de Foz do Iguaçu foi descoberta em 1542, porém sua ocupação se deu de forma irregular e precária. Em 1888, iniciou-se um processo de ocupação regular e definitiva da Colônia Militar do Iguaçu, “tendo como objetivo tomar posse da região e conter o domínio dos países vizinhos.” (Prefeitura de Foz do Iguaçu, 2010). Assim, em 1914, Foz do Iguaçu deixa de ser uma colônia militar para se tornar município, demarcando o território nacional na fronteira com a Argentina e o Paraguai. Para promover o desenvolvimento econômico do Oeste do Paraná (“Marcha para o Oeste”, na era Vargas), o governo brasileiro desapropriou as terras da região das quedas do Rio Iguaçu na década de 1930. Com isso, pretendia fortalecer o vínculo com a Argentina, assim como contribuir para o povoamento local.

Paes (2003, p. 175-180) demarca a existência de três grandes ciclos econômicos que impulsionaram o crescimento da cidade a partir da década de 1940, cada qual com um enfoque peculiar, porém fundamental. O primeiro, situado entre 1940 e 1969, ocorreu com a exploração do potencial turístico local por meio da promoção de visitas às Cataratas do Iguaçu. Mas, na realidade, foi apenas de 1950 para frente que o governo passou a incentivar verdadeiramente o turismo na região. Na década de 1960, investiu na reconstrução da BR-277 para conectar a cidade a outras localidades no Estado, bem como construiu a Ponte da Amizade, que ligou Foz à Puerto Presidente Stroessner, hoje Ciudad del Este (ARRUDA, 2007, p. 14). Além disso, houve a construção do Aeroporto Internacional das Cataratas do Iguaçu, o que também contribuiu para o crescimento local.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na década de 1970 marcou o segundo ciclo econômico da região e, também, a explosão populacional na cidade. Em 1980, a cidade já contava com uma população de mais de 100 mil habitantes, sendo que 40 mil destes eram trabalhadores envolvidos com a construção de Itaipu (PAES, 2003,



p. 105)<sup>1</sup>. Por causa desse grande projeto e do conseqüente aumento populacional, o governo investiu em melhorias na infraestrutura da cidade e dos meios de acesso a ela. Pode-se afirmar, assim, que a hidrelétrica impactou, de forma positiva, a economia e a sociedade local, transformando o quadro urbano do município.

Por fim, o terceiro ciclo, voltado para o turismo de compras entre 1980 e 1995, principalmente em Ciudad Del Este, impactou o desenvolvimento de uma estrutura que acomodasse o contingente de turistas para a região, que majoritariamente se hospedava em Foz do Iguaçu (PAES, 2003, p. 175). O grande desenvolvimento do comércio na fronteira nos diversos setores serviu como fator de atração para uma gama de migrantes a Foz do Iguaçu, principalmente os de origem asiática e árabe.

### **2.3. A imigração árabe em Foz do Iguaçu**

Assim como os “patrícios” de São Paulo, descritos por Truzzi (1993), a vinda dos árabes imigrantes para Foz do Iguaçu tinha caráter temporário e aconteceu geralmente de forma individual, a partir da década de 1960. Os árabes entravam pelo Porto de Santos e passavam um período em São Paulo, para depois desbravarem a região Sul do país como mascates, fazendo de Foz do Iguaçu, nesse caso, o destino final (MACHADO E SILVA, 2008, p. 360).

Sendo o comércio um elemento característico do perfil do grupo, os três ciclos principais do crescimento econômico de Foz do Iguaçu atraíram os imigrantes árabes em virtude das inúmeras possibilidades de trabalho, principalmente entre 1970 e 1995 (ARRUDA, 2007, p. 20). O potencial turístico de Foz aliado ao desenvolvimento proporcionado pela construção de Itaipu serviram como um chamariz para a recepção de uma migração árabe em massa para a cidade, o que abriu espaço para a realização daquilo que o árabe é mais conhecido: sua vocação comercial.

“Atribuir às atividades comerciais as motivações para o deslocamento parece ser reconhecido como um dos grandes impulsos integradores que unifica a ‘ilusão’ da imigração frente aos moradores da cidade, pois identificam a

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do IBGE (Prefeitura de Foz do Iguaçu, 2010), “registrou-se um crescimento de 383% no total da população do Município em apenas 20 anos [entre 1960 e 1980]”.



comunidade de grupos árabes como comerciantes.” (MACHADO E SILVA, 2008, p. 361).

O comércio como fator unificador da comunidade árabe em Foz do Iguaçu constitui apenas um dos marcadores pelos quais esse grupo pode ser identificado. Na diversidade étnica da cidade, esses imigrantes encontraram espaço para certa manutenção de suas práticas religiosas e discursivas por meio de “redes sociais”, primordiais para a reconstrução de identidades. Tal reconstrução se dá por meio da formação de subjetividades e das práticas de uso da linguagem.

A aparente unificação, pela qual são reconhecidos na construção de significações com o ‘outro local’ como um único grupo unificado pelas próprias práticas, pode ser posta em xeque ao se observar mais atentamente as representações constituídas por meio do discurso e das interações. Portanto, é fundamental destacar que a projeção de uma identidade única do grupo esconde algumas divisões internas pautadas, algumas vezes, naquilo que pode ser equivocadamente considerado como marca “essencial” de uma identidade árabe vislumbrada como unívoca e fixa, conforme já examinado por Machado e Silva (2008, p. 362-363).

Dentre as divisões internas mais visíveis, pode-se destacar aquela voltada para a profissão da fé religiosa. Apesar da maior parte dos imigrantes árabes em Foz do Iguaçu ser de religião ou tradição muçulmana, o grupo divide-se, basicamente, em dois subgrupos: os de fé sunita e os de fé xiita. Ambas as vertentes do islamismo encontram o apoio de centros de práticas religiosas na cidade, e seus seguidores possuem o espaço necessário para a celebração de rituais que caracterizam parte de seu sistema de crenças.

Essa separação pode ser percebida, também, nas duas escolas bilíngues árabe-português existentes na cidade, ambas regulamentadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Uma delas, a Escola Brasileira Árabe, está vinculada aos xiitas, enquanto a outra, a Escola Árabe-Brasileira Ali Bin Taleb, desenvolve suas atividades para um público majoritariamente sunita. Apesar das divergências religiosas, as duas escolas são consideradas “orgulhos da comunidade que, assim, mostra como têm força e coesão, apesar disso não se mostrar em outros aspectos, como o político, por exemplo.” (ARRUDA, 2007, p. 47).



Machado e Silva (2008, p. 363) aponta, além da divisão interna em termos religiosos, outra separação embasada no conceito de identidade nacional, ou seja, identidades constituídas com base na ideia de Estado-nação. Internamente, a comunidade árabe pode distinguir seus membros pelos países de origem destes. A pesquisadora afirma que os indivíduos da comunidade referem-se “uns aos outros como libaneses, palestinos e sírios<sup>2</sup> no convívio diário” (op. cit.). Porém, tal divisão não costuma ser percebida pelo “outro” local, uma vez que é mascarada pela visão dos árabes imigrantes em Foz do Iguaçu como pertencentes a uma comunidade unificada.

### 3. APORTE TEÓRICO

#### 3.1. Políticas linguísticas familiares

O fortalecimento de línguas de imigrantes está diretamente relacionada à transmissão intergeracional e a sua manutenção por meio de políticas de planejamento em nível micro, com iniciativas e estratégias implementadas a partir de um planejamento cuidadoso. Assim, pode-se dizer que a família é o centro para que isso aconteça (NESTERUK, 2010, p. 274).

Dentre os fatores contribuintes para a transmissão da língua minoritária, Pauwels (2005, apud SCHUPBACH, 2009, pp. 16-17) enfatiza o tipo de família, as estratégias de transmissão utilizadas e as atitudes e representações dos pais com relação às políticas familiares. Sobre os tipos de famílias, a pesquisadora demonstra que casais exogâmicos costumam passar por um processo mais acelerado de mudança linguística, ao mesmo tempo em que a presença de parentes falantes da língua minoritária fortalece o uso da língua e sua manutenção ao longo das diversas gerações. Com relação às estratégias utilizadas na transmissão da língua do imigrante, a pesquisadora enfatiza a importância do uso de uma estratégia clara e persistente nesse processo, como a *one parent-one language* (um pai – uma língua). Ela recomenda, também, que os pais estejam atentos à qualidade da interação entre pais e filhos para que o uso dessa estratégia se mantenha e seja mais eficaz. Para concluir, as atitudes dos pais com relação ao bilinguismo, às

---

<sup>2</sup> Cf. Jardim (2003) para maiores informações sobre a nomeação dos árabes de “turcos”, em tom pejorativo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

línguas de seu repertório e até mesmo à comunidade de fala minoritária é fator determinante na escolha e no sucesso da implementação de práticas discursivas pró línguas minoritárias (PILLER, 2001, apud SCHUPBACH, 2009, p. 17).

### **3.2. Identidade, representações e discurso**

A presença de estrangeiros em determinado contexto suscita a necessidade de reflexão sobre as interações estabelecidas entre as diversas etnias, abrindo espaço para uma discussão acerca de identidade, cultura e representações construídas em meio às práticas discursivas.

Quando se abre para uma discussão sobre identidade no século XXI, pode-se notar uma grande mudança na concepção desta que reflete o deslocamento ou descentralização do sujeito na era pós-moderna. Ao se comparar a concepção de identidade do sujeito do Iluminismo com a do sujeito pós-moderno, percebe-se a passagem de um indivíduo integrado e essencialmente unificado para um indivíduo fragmentado, plural, composto por diversas identidades – uma verdadeira “celebração móvel” (Hall, 2006, p. 13). Dessa maneira, como resultado da complexidade do mundo moderno, passa-se a perceber que a identidade é formada na relação com o outro e é, portanto, relacional.

Sabe-se que, como postula Cuche (2002, p. 183), “a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” e leva à multiplicidade de significações construídas por meio do uso da linguagem. Portanto, pode-se dizer que os processos de identificação têm por base múltiplos sistemas de significação, tornam-se menos fixos ou permanentes e passam a ser mais fragmentados e dinâmicos. Assim, a noção de identidade como algo essencial, imutável e plenamente unificado do período moderno dá abertura à concepção do sujeito pós-moderno, cuja identidade se constrói e se transforma social e discursivamente de forma contínua, dinâmica e fluída. Essa concepção reflete as cambiantes representações sociais e culturais, consequências inevitáveis da nova organização mundial.



Vale notar que a crise acerca de nossa forma de ver o mundo está relacionada, também, às nossas formas de representar esse mesmo mundo. Ao se alicerçar o conceito de identidade na conjuntura de crise epistemológica acima mencionada, deve-se retomar, impreterivelmente, o conceito de representação, aqui definida como “a produção do significado através da linguagem” (MAHER, 2010, p. 7). Levando-se em consideração o caráter mutável das significações nas práticas de uso da linguagem, é importante sublinhar que estas acontecem por meio das representações; e são culturalmente determinadas no processo de significação, que é de cunho social. Portanto, pode-se afirmar que há um vínculo entre as representações, socialmente inventadas, com as relações de poder (SILVA, 2006, p. 33)<sup>3</sup>. Tal visão vai ao encontro do contexto encontrado em regiões de fronteira, cujo fator político endossa a construção das identidades étnicas locais.

Para concluir a discussão acerca das representações produzidas nas práticas discursivas, é relevante abordar a noção de cultura como “um processo de práticas de significação, dinâmico, histórico e, portanto, transitório” (BRAZ, 2010, p. 13). Partindo dessa premissa, a referência que se faz à cultura como algo único, universal, monolítico e determinista está carregada de um julgamento de valor de cunho elitista, voltada para a preservação do status da minoria que atingiu o modelo da alta cultura. Essa minoria encontrou refúgio na Cultura, que funcionou como um lugar simbólico para acomodação do homem, então deslocado do centro de importância do universo, conforme descrição apresentada por Veiga-Neto (2003, pp. 7-8).

Ao se propor um deslocamento de perspectivas em meio à crise da modernidade, percebe-se que a noção de cultura embasada na epistemologia monocultural é limitadora e rejeita a diferença. Encontra suas raízes na dimensão dos jogos de poder para o estabelecimento dos significados construídos através das representações feitas a partir de um esquema de significações homogêneo, de forma a exercitar uma dominação simbólica legitimada sobre os indivíduos (BRAZ, 2010, p. 14). Com o deslocamento

---

<sup>3</sup> Para Silva (op. cit.), os sistemas de representação são “construções sociais e discursivas parciais e particulares dos grupos que estão em posição de dirigir o processo de representação”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

para uma perspectiva fundamentada na epistemologia multicultural, a idealização intelectual dá abertura para uma ênfase maior na dimensão política das atribuições de significado construídas socialmente de maneira porosa, fluída, transitória e descontinuada.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo tem como objetivo examinar o contexto de uso da língua árabe em sua comunidade de fala em Foz do Iguaçu, com vistas a entender as representações que as famílias desse grupo têm construído acerca das políticas linguísticas e identitárias familiares pró-língua minoritária. Sabe-se que a sobrevivência de línguas minoritárias tem relação direta com a transmissão geracional destas. A partir de uma avaliação do grau de deslocamento e vitalidade linguística do árabe na comunidade em questão, bem como dos fatores motivacionais e das atitudes com relação à transmissão da língua minoritária, pretende-se fazer um diagnóstico parcial da corrente situação da língua árabe na sua comunidade de fala em Foz do Iguaçu. Essa descrição poderá servir como referencial para que as famílias de imigrantes planejem e coloquem em prática políticas linguísticas familiares favoráveis à transmissão e à manutenção da língua de herança, pois “só a partir dessa descrição é que é possível planejar a elaboração e a implementação de uma política local, doméstica, que ofereça chances reais de ser bem sucedida” (MAHER, 2010, p. 35).

Para a realização desse projeto, parte-se, então, da premissa de que a transmissão e a manutenção de línguas minoritárias requerem o planejamento de políticas linguísticas familiares para sua implementação, planejamento este nem sempre levado em consideração por essas comunidades, talvez por causa da incompreensão de sua natureza. Portanto, faz-se necessário instrumentalizar o público em questão para que possam melhor articular a sobrevivência da língua dos imigrantes na comunidade em que vivem.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ARRUDA, Aline M. T. A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai). Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

BRAZ, Evodia de Souza. Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2010.

CABREIRA, Marcia Maria. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa. *EccoS Revista Científica*, junho, 2001/vol. 3, número 001. São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho, p. 93-103.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA*, vol. 15, no. Especial, 1999, pp. 385-417.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JARDIM, Denise Fagundes. “Quer comprar roupa feita?”: a negociação de identidades sociais de migrantes palestinos. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2010.

MACHADO E SILVA, Regina C. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, 47 (2): 357-373, Jul./Dez.2008.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Políticas Linguísticas e políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia Ocidental Brasileira. *Currículo sem Fronteiras*, 2010.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Language policy in Brazil: monolingualism and linguistic prejudice. *Language Policy* 3: 3 – 23, 2004.

NESTERUK, Olena. Heritage language maintenance and loss among the children of Eastern European immigrants in the US. *In: Journal of Multilingual and Multicultural Development*. Vol. 31, no. 3, Maio, 2010, 271-286.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

OLIVEIRA, Gilvan M. (org.). Declaração dos direitos linguísticos: novas perspectivas em políticas linguísticas. Campinas, SP: Mercado das Letras, ALB. Florianópolis: IPOL, 2003.

PAES, Maria Luiza Nogueira. A paisagem emoldurada: do Éden imaginado à razão do Mercado – um estudo sobre os Parques Nacionais do vulcão Poás, na Costa Rica, e do Iguaçu, no Brasil. Tese de Doutorado. Brasília, Programa de Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe, UnB, 2003.

PAUWELS, Anne. Maintaining the community language in Australia: challenges and roles for families. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 8:2, 2005, 124-132.

PILLER, Ingrid. Private language planning: the best of both worlds? *In: Estudos de Sociolinguística* 2 (1), 2001, 61-80.

PREFEITURA de Foz do Iguaçu. Introdução Histórica. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/cronologia.asp>. Acesso em: 30 jun. 2010.

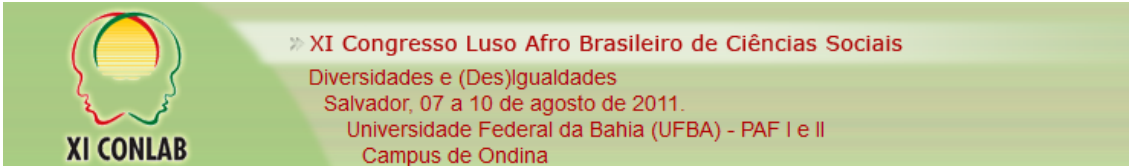
SCHUPBACH, Doris. Language transmission revisited: family type, linguistic environment, and language attitudes. *In: International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 12:1, 2009, 15-30.

SILVA, Cassandra R. de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. 2004. Ceará: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, Fortaleza.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

TRUZZI, Oswaldo M. S. De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré, 1992.

\_\_\_\_\_. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1993.



\_\_\_\_\_. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. Revista Brasileira de Educação no. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.